



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2025/2029**

ATA NÚMERO DOIS

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. -----

----- Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre do edifício sede da Câmara Municipal, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme o ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto Um: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um: Leitura resumida do expediente; -----

----- Ponto Um Ponto Dois: Apreciação e votação da ata da sessão ordinária do dia 22 de setembro de 2025; -----

----- Ponto Um Ponto Três: Período para intervenções; -----

----- Ponto Dois: PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal e situação financeira do Município; -

----- Ponto Dois Ponto Dois: Apreciação e votação dos Documentos Previsionais para o ano 2026; -----

----- Ponto Dois Ponto Três: Apreciação e votação da fixação anual do valor de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro: Lançamento de Derrama – Período de Tributação de 2025 – para conhecimento; -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco: Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Ano 2026; -----

----- Ponto Dois Ponto Seis: Apreciação e votação da “Participação Variável no IRS – Artigo 26.º da Lei n.º 73/2023, de 03 de setembro, na sua redação atual – Ano de rendimentos 2026”; -----



- Ponto Dois Ponto Sete: Apreciação e votação dos “Compromissos Plurianuais – Delegação de competência nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual”; -----
- Ponto Dois Ponto Oito: Apreciação e votação da alteração do Mapa de Pessoal por tempo indeterminado para o ano de 2025; -----
- Ponto Dois Ponto Nove: Apreciação e votação da nova estrutura orgânica dos serviços – 2026 – Mapa de Pessoal – 2026; -----
- Ponto Dois Ponto Dez: Apreciação e votação da proposta de fixação de Seguro de Acidentes Pessoais para os Membros dos Órgãos Autárquicos – atual mandato; -----
- Ponto Dois Ponto Onze: Apreciação e votação da designação do júri para o recrutamento de cargos de direção intermédia de 2.º grau; -----
- Ponto Dois Ponto Doze: Apreciação e votação da designação de Fiscal Único da Resíduos do Nordeste, EIM, SA; -----
- Ponto Dois Ponto Treze: Apreciação e votação da 2.ª alteração da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso (PDM), para aprovação da CM e AM; -----
- Ponto Dois Ponto Catorze: Apreciação e votação da Carta Social Municipal; -----
- Ponto Dois Ponto Quinze: Apreciação e votação da Carta Educativa Municipal; -----
- Ponto Dois Ponto Dezasseis: Apreciação e votação do Protocolo de Colaboração “Centro Interpretativo do Azeite e da Oliveira Santulhana”; --
- Ponto Dois Ponto Dezassete: Apreciação e votação da Minuta de Protocolo de Colaboração “Feira dos Sabores de Inverno de Matela”; -----
- Ponto Dois Ponto Dezoito: Designação de quatro membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Vimioso; -----
- Ponto Dois Ponto Dezanove: Eleição de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação; -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte: Eleição de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal da Juventude; -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Um: Eleição de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal; -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Dois: Eleição de dois membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes – CIM-TTM; -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Três: Eleição de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos da alínea i) do artigo 41.º da Lei de Bases da Proteção Civil; -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Quatro: Eleição de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Geral da Resíduos do Nordeste, EIM; -----

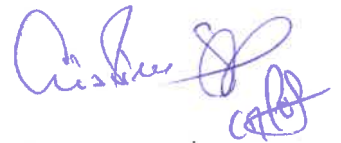
----- Ponto Dois Ponto Vinte e Cinco: Eleição até dois representantes das Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-lei 82/2021; -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Seis: Outros assuntos de interesse para o Município. -----

3 - PERÍODO APÓS ORDEM DO DIA

----- Ponto Três: PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas nove horas e trinta minutos. A senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram presentes os senhores membros da Assembleia Municipal: Sérgio Augusto Pires, Maria Cristina Pires Calvelhe de Quina, Carina Machado Lopes, Carlos Manuel Meirinho Martins, Serafim dos Santos Fernandes João, Sandra Manuela Carvalho Vila, Manuel Fernandes de Oliveira, Lurdes Cristina Rodrigues Bráz Pires, Luís Tiago Fernandes Ferreira em substituição de Mário Altino Martins Ramos, António Eduardo Lopes Padrão, Marta Alexandra Frexoso Padrão Lopes, Marina Nora Vaz, Hugo Miguel Antão Fernandes em substituição de Debora Fernandes Alves, Jorge Alberto Tomé Santos, Francisco An-



tónio Ataíde Lopes, Daniel Tomé Ramos, Hélder Domingos Ramos Pais, Joana Filipa Carvalho Pires, Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues, Manuel Emílio Fonseca João, António Morais Afonso Fernandes, Lucas do Nascimento Anes Brinço, Licínio Ramos Martins e Filipe Manuel Pires Canedo. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, António dos Santos João Vaz, a Senhora Vice-Presidente Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues e os(as) senhores(as) vereadores(as) Artur Jarrete Garcia e Francisco Alves Marques. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia pediu, aos membros dos partidos eleitos, que escolhessem um porta-voz de cada partido, para que, nesta e em futuras Assembleias representarem os seus membros, concedendo 5 minutos, para o efeito. Passado esse tempo, foi escolhido, pelo Partido Social Democrata (PSD) o senhor Serafim dos Santos Fernandes João e pelo Partido Socialista (PS) a senhora Sandra Manuela Carvalho Vila. Referiu que, como a maior parte dos membros integravam a Assembleia Municipal pela primeira vez, iria pedir para que lhes fosse entregue o regimento da mesma. Relembrando que, se houver necessidade de fazer alguma correção ou alteração ao atual regimento, será efetuada em tempo oportuno, que, para já, é o atual que está em vigor. -----

----- **Ponto Um: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um: Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pela senhora secretária, foi dada a conhecer a correspondência recebida.

----- **Ponto Um Ponto Dois: Apreciação e Votação da ata da sessão ordinária do dia 22 de setembro de 2025.** -----

----- Foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

----- **Ponto Um Ponto Três: Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra a senhora Marina Nora Vaz, dizendo que a sua intervenção é uma informação que a vincula a ela e, também a cerca de 20 jovens do concelho que escreveram o seguinte:” Queremos em primeiro lugar desejar toda a sorte do mundo ao novo executivo da câmara municipal e a todos os presidentes de juntas, para o mandato recentemente iniciado. O vosso sucesso é, também o nosso. Freguesia e a todas e todos os deputados Municipais. O



concelho de Vimioso, encontra-se num estado muito preocupante a todos os níveis. Recai por isso, Sr. Presidente em si e no seu executivo uma responsabilidade muito grande em contrariar o atual estado do Concelho. Os próximos 4 anos serão determinantes para o futuro de Vimioso. Mas deixe-me dizer-lhe Sr. Presidente que no meu entender começou muito mal o seu mandato. No dia da sua tomada de posse deu uma entrevista a um órgão de comunicação social, onde refere que não será recandidato em 2029 e que este será um mandato único. Sr. Presidente ter essa intervenção no dia que toma posse como Presidente de Câmara, significa dizer que nesse dia apresentou a sua demissão como Presidente de Câmara. A partir desse dia, a sua Equipa, os funcionários do município e os munícipes em geral deixaram de o levar a sério. Passaram a ver em si um presidente de passagem. Deixaram de ver em si um líder que se quer inspirador e verdadeiramente transformador para o município. Ora isso é tudo aquilo que o Concelho de Vimioso não precisa. Mais recentemente, no dia 10 de dezembro, é publicado no Jornal Nordeste mais uma entrevista do Sr. Presidente. Mais uma vez, as nossas preocupações adensam-se, pois, uma leitura atenta, acaba por confirmar aquilo que já receávamos: Vimioso entrou neste mandato sem uma estratégia clara, sem um plano estruturado e sem uma visão integrada para os próximos quatro anos. Ao longo da entrevista, o Senhor Presidente repete uma ideia central: “continuaremos a reivindicar junto do Governo”. Senhor Presidente, reivindicar não é governar. Reivindicar não substitui planear. Reivindicar não pode ser a política municipal. Um Presidente de Câmara não pode limitar-se a esperar que o poder central resolva aquilo que é da sua responsabilidade estratégica, política e executiva. Na entrevista, não encontramos: um plano económico para criar emprego e fixar população; uma visão para o desenvolvimento do território, que vá além de obras pontuais; nem uma agenda concreta para combater o despovoamento, que o próprio reconhece como dramático. O concelho de Vimioso não pode viver apenas de promessas, de expectativas ou de projetos que “estão a ser estudados”, “estão a ser reivindicados” ou “dependem de Lisboa”. Senhor Presidente, governar é antecipar, é definir prioridades, é escolher caminhos. E essa escolha não aparece nesta entrevista. Quando se fala da ponte, da ferrovia, da saúde ou do envelhecimento da população, o discurso é sempre o mesmo: espera-se, aguarda-se, reivindica-se. Falta aquilo que é essencial: uma estratégia própria



do município, articulada e assumida politicamente. Fica-se com a impressão de que a construção da famigerada ponte Vimioso – Carção é o único projeto para o Concelho e que esta ligação irá resolver todos os problemas do Concelho. Desengane-se este executivo, a ponte infelizmente não irá resolver os problemas do concelho. Vimioso não precisa apenas de gestão do dia-a-dia. Precisa de liderança política. Precisa de ambição e de muito arrojo. Precisa de um projeto que una o território, valorize as freguesias, fixe pessoas e crie oportunidades. Nessa mesma entrevista o Senhor Presidente disse o seguinte e passo a citar: “ O concelho corre sérios riscos de passar por uma futura reformulação administrativa. Vivemos entre quatro cidades, e portanto, pode acontecer que o concelho seja distribuído pelas quatro cidades e possa vir a desaparecer”. Senhor Presidente, consideramos estas suas palavras muito infelizes, pelos seguintes motivos: Tornou-se o primeiro político a colocar em cima da mesa a possibilidade de extinção do Concelho de Vimioso; Mais uma vez reforça a ideia que já anteriormente referi. Não é esta a melhor mensagem a deixar num início de mandato para o seu executivo, para os trabalhadores do município e para os Municípes de Vimioso. Ninguém se revê num líder assim. É uma mensagem de derrota em vez de esperança e liderança forte. Senhor Presidente, governar o Concelho de Vimioso, não pode ser uma pré-reforma, um complemento de reforma, ou uma mera progressão de carreira política. É por isso que digo com muita clareza e responsabilidade: Esta entrevista não revela um plano para quatro anos; revela apenas uma sucessão de intenções, boas vontades e expectativas. E Vimioso merece mais. Merece um rumo. Merece um projeto. É essa a nossa obrigação enquanto eleitos. E é isso que continuaremos a exigir, em nome do futuro do concelho de Vimioso. Muito obrigado e bom mandato a todos”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, Daniel Tomé Ramos, dando os parabéns ao serviço do Bupi, pela prontidão e rapidez de resposta. Mostrou preocupação em relação aos agricultores e produtores do concelho, pelo facto de o ano de 2025 ter tido um verão intenso, seco e prolongado, e a maioria da agricultura praticada ser de sequeiro. Afirmou ter havido uma quebra grande na produção de produtos como a castanha, a amêndoa e a azeitona. Disse que não seria fácil quantificar a perda de frutos secos em relação aos anos anteriores, pela diversidade de compradores, mas que, em rela-



ção à elaboração do azeite, pedindo às entidades que laboram na área, poderiam saber qual a diferença de produção em relação aos anos anteriores. Disse que tem que haver dados para poder reivindicar junto das entidades competentes. Falou, neste sentido, em relação à barragem de Santulhão, à ribeira do Ramalhal em Angueira, aos vários regadios no concelho. Falou, com preocupação, nos agricultores agropecuários que têm sido muito prejudicados com os ataques de lobos às suas explorações, o que origina perda de animais, consequentemente, perda de rendimentos. Finalizou, dizendo que sabe que esta situação está a ser acompanhada pelas entidades competentes, mas que temos que ficar atentos, já que a atividade agrícola é o motor do nosso concelho. -----

----- Usou a palavra o senhor Serafim João, como porta-voz do grupo parlamentar do PSD, dizendo que as duas intervenções anteriores o faziam lembrar o que lhe aconteceu há mais de 30 anos, isto para dizer, que os elementos desta Assembleia foram eleitos pelo povo, no sentido de ser um órgão colaborativo, interventivo e reivindicativo. Não lhe parece ser oportuno expor determinadas situações que em nada criam um ambiente ameno, construtivo e, de certa forma, colaborativo. De forma a dar orientações para que as ansiedades de cada um, que são as do povo, cheguem a quem de direito. Disse, também, que era evidente que o concelho estava a definhir de dia para dia, que se não for o poder central a fazer alguma coisa pelo concelho de Vimioso, não vai ser o poder local que o vai fazer, porque o concelho de Vimioso está em vias de extinção. Mostrou preocupação no sentido que as cidades limítrofes vão absorver o concelho. Relembrou que cabe, a todos, manifestarem-se de várias formas, não estarem uns contra os outros e, sim, unirem-se todos, trabalhar todos para a mesma causa, não deixar que o concelho de Vimioso acabe. -----

----- Usou a palavra o senhor Manuel Oliveira para felicitar todos os eleitos, destacando os que estão pela primeira vez na Assembleia Municipal. Deixou o seu compromisso de honra, dizendo que tudo fará para representar o povo que, com sentido de responsabilidade e verdade, dará os parabéns quando assim o entender, mas que será reivindicativo quando necessário. Deu os parabéns à Junta de Freguesia de Carção pela excelente feira do "Cachico". Deu, também, os parabéns à Junta de Freguesia de Matela, pela primeira edição da feira "Sabores de Inverno". Deu os parabéns ao executivo, colaboradores e organizadores da primeira edição da Feira Ibérica, Sabores e Ofícios de Vimio-

so. Deu, também, os parabéns ao Águia Futebol Clube de Vimioso, por ter sido premiado na formação dos mais jovens. Relembrou a obra da ponte e a obra do pavilhão de Argozelo, para que não deixem de reivindicar e continuar a lutar para que não fiquem esquecidas. Disse, ainda, que se congratula pelo facto do executivo estar a trabalhar no sentido de fazer com que os “Fiadeiros de Argozelo” façam parte do Património Imaterial da Unesco, à imagem dos Caretos de Podence e outras. Finalizou, dizendo que discordava com o que a senhora Marina Vaz tinha dito e que concordava com o senhor Serafim João. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Licínio Martins, felicitando todos os eleitos para o mandato de 4 anos. Disse, em relação à intervenção da senhora Marina Vaz, que se refere às entrevistas do senhor Presidente e que, como o senhor Presidente é um homem de bom censo, será o primeiro a reconhecer que não terão sido as melhores entrevistas para início de mandato. Disse que, aquando da campanha eleitoral, o senhor Presidente apresentou um programa eleitoral bem construído, com cerca de 93 medidas, algumas já em ação. Referiu que a sua questão é no sentido de pedir, ao senhor Presidente, que, quando fossem feitas essas entrevistas, que são necessárias, fazer o discurso pela positiva, teve oportunidade de puxar pelas medidas inovadoras que apresentou aos eleitores de forma positiva. Disse que, no dia 18 de dezembro, o senhor presidente esteve reunido com o Ministro do Ambiente, para discutir a construção da barragem do Ramalhal, em Angueira, que é um projeto estruturante para o concelho e muito importante para a agricultura e para consumo humano. Disse, em relação à preocupação que o senhor Presidente da Junta de Carção manifestou relativamente aos frequentes ataques dos lobos, que concorda e que têm que ser tomadas medidas urgentes em relação ao assunto. Referiu que as medidas têm que ser tomadas junto do Governo porque o risco da pecuária desaparecer é enorme e, aí sim, mais abandonado fica o território. Apelou, aos membros da Assembleia, para que tenham discursos positivos e de bom censo. -----

----- Usou a palavra o senhor Jorge Santos, dizendo que, em relação à carta que foi lida pela senhora Marina Vaz, gostaria de ter acesso, porque, quando jovens escrevem uma carta a reivindicar alguma coisa a Assembleia, deve ser analisada. Disse em relação à obra da ponte que não era uma obra pontual, que organizar eventos com 300 caçadores não era uma obra pontual, organizar

Handwritten signature and initials in blue ink.

uma Feira Ibérica de uma forma ativa, com participação ativa, não era uma obra pontual. Dizendo que todo o dinheiro que for investido, no concelho de Vimioso, é mais do que pouco. Felicitou a organização da Feira Ibérica, e realçou o futuro cinegético do concelho pelo impacto económico que traz ao nosso concelho. -----

----- Interveio a senhora Marina Vaz, dizendo, em relação ao senhor Serafim João, cada pessoa tem a sua perspetiva e essa é a sua perspetiva. Em relação à carta, disse que foi uma reunião que teve com a juventude socialista de Vimioso, que não foi uma carta, mas que poderiam fazê-la. -----

----- Usou a palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo, em relação à intervenção da senhora Marina Vaz, que ninguém lhe dá lições de defesa dos direitos do Município que, ao longo da sua vida, se dedicou ao concelho sempre com entusiasmo e em prol do bem-estar das pessoas. Referiu que a comunicação social fez com que chegasse, pela negativa, as declarações que foram feitas, situação que considera grave. Concorda com o que foi dito, unir esforços e deixar de criticar só porque sim, dizendo que se trata da lei do menor esforço. Pediu para que lhe propusessem ideias exequíveis, objetivas e concretas para poder ajudar quem vive no concelho. Relembrou, ainda, que nunca estiveram em curso tantos projetos para criação de riqueza no concelho, frisando a barragem de Santulhão e a da ribeira do Ramalhal em Angueira, o Regulamento de Apoio à Criação de Emprego e Investimento, sendo esta uma medida de combate à desertificação e de apoio às empresas. Aconselhou a senhora Marina Vaz a medir as palavras críticas e a apresentar propostas. Em relação à intervenção do Presidente da Junta de Carção, disse que desconhecia que tivesse sido menor a produção de azeite, em relação aos anos anteriores, mas que os trabalhos apontam para resolver esse e outros problemas. Exemplificou com a barragem de Santulhão, que está em execução o projeto, estimado em cerca de 6,5 milhões de euros. Falou, também, em relação aos ataques do lobo ibérico, disse que terá que ser criado um grupo de trabalho com experiência no terreno, para apresentar medidas que possam minimizar os efeitos catastróficos que os lobos têm provocado. Relativamente à intervenção do senhor Serafim João, agradeceu o discurso pacificador. Em relação ao senhor Manuel Oliveira, disse que a ideia dos "Fiadeiros de Argozelo" fazerem parte do Património Imaterial da Unesco, foi um desafio lançado pelo Vereador António Oliveira

Handwritten signature and initials in blue ink.

em reunião de Câmara. Informou que foi encomendado um estudo para fazer a candidatura para o efeito. Em relação ao senhor Jorge Santos, concordou com o que foi dito, que as obras realizadas não eram pontuais e sim estruturantes, elencando algumas obras, como o parque urbano de Vimioso, aprovada já uma verba de 2 milhões de euros, o CACI (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão), em Carção, com uma verba de 1 milhão e trezentos mil euros, para criar postos de trabalho, cerca de 30. Falou, ainda, do ciclo urbano da água, apoiada a candidatura com cerca de 1 milhão e cem mil euros, a remodelação da Casa da Cultura com 650 mil euros, as Residências de Inclusão com cerca de 1 milhão e trezentos mil euros, o PICIE com cerca de 330 mil euros, uma candidatura já aprovada para remodelação do espaço museológico da casa da cultura com cerca de 120 mil euros. Finalizou, dizendo que, face a todas estas obras e iniciativas, que estão no bom caminho, pedindo o apoio de todos, para assim continuar. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo, Francisco Lopes, para dizer que não recebeu a convocatória para a sessão nem qualquer tipo de documentação. Dirigiu-se, ao senhor Manuel Oliveira, dizendo-lhe que o seu discurso é sempre o mesmo, que só fala nas feiras e que esquece que dentro da sua freguesia também houve muitas atividades. Referiu que alertou o senhor presidente da Câmara para as capacidades da candidatura que iriam fazer à Unesco, que não foi só a Câmara. A Junta de Freguesia esteve sempre presente, concluiu. Solicitou que a documentação lhe fosse enviada para o seu *email*. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Assembleia dizendo que, no final da tomada de posse, foi pedido a cada membro para colocarem a forma como queriam receber as convocatórias e os documentos, que a documentação para o senhor Presidente da Junta de Argozelo foi enviada para o email agencialopes@sapo.pt que, por lapso não foi bem identificado. -----

----- Interveio o senhor Manuel Oliveira, dizendo ao senhor Presidente da Junta de Argozelo que tem sido sempre uma voz ativa para o bem-estar da Freguesia. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara, ao senhor Presidente da Junta de Argozelo, que o Município não teve conhecimento nem de nenhuma

inauguração nem da atividade dos Fiadeiros, mas que era aconselhável que a cordialidade prevalecesse sobre as divergências políticas. -----

----- **Ponto Dois: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal e Situação Financeira do Município.**

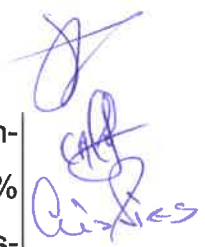
----- Todos os membros estavam na posse da informação escrita. -----


----- Não houve intervenções. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dois: Apreciação e votação dos Documentos Previsionais para o ano 2026;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, dizendo que o Orçamento, para o ano de 2026, foi elaborado no âmbito da competência da Câmara Municipal conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para apresentação à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da referida lei. Começou por ler a informação técnica, onde constava o seguinte: “O orçamento da receita e da despesa para o ano de 2026 ascende a 14.519.608,00€. O orçamento cumpre a regra do Equilíbrio Orçamental (o orçamento tem os recursos necessários para cobrir todas as despesas) e a regra do Equilíbrio Orçamental Corrente (a receita corrente bruta é superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos). Orçamento da Receita: A metodologia adotada para elaboração do Orçamento da Receita para o ano financeiro de 2026 foi baseada na média aritmética dos últimos 24 meses, arredondada à centena seguinte, sendo o último mês considerado o de outubro de 2025. Na elaboração do orçamento municipal para 2026 foram considerados, a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado, os valores das transferências financeiras constantes no Orçamento de Estado em vigor (2025), nos termos da alínea c) do ponto 3.3.1 do POCAL. Relativamente à previsão orçamental de receitas resultantes da venda de imóveis, na elaboração dos documentos previsionais para 2026, a Câmara Municipal de Vimioso teve em consideração o disposto no n.º 1 do artigo 138.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado de 2025). A estrutura do orçamento da receita está discriminada no quadro 4 da página 9 do Relatório de Orçamento e são de salientar as seguintes considerações: Ao nível das Receitas Correntes, que representam 78,37% do Orçamento: Dos impostos diretos, que

representam 4,81% do orçamento corrente, 69,47% são provenientes do imposto municipal sobre imóveis, 16,89% do imposto único de circulação, 13,56% do imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis e 0,07% dos restantes impostos diretos; As Taxas, Multas e Outras Penalidades representam 0,29% do orçamento corrente. As Transferências correntes que representam 87,19% das receitas correntes registam um acréscimo de 10,52% face ao valor previsto no orçamento inicial para 2025. O peso do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundos Municipais Correntes, verbas referentes à Transferência de Competências, Fundo Social Municipal e Participação no IRS e IVA é de 79,07% das receitas correntes. A Venda de Bens e Serviços Correntes que contribuem em 5,70% para o orçamento corrente das receitas, apresentam um acréscimo de 5,33% face ao valor orçamentado inicialmente em 2025. A venda de bens e serviços relacionados com a água e os resíduos sólidos, são as receitas mais significativas. As receitas provenientes das rendas contribuem em 3,76% para a formação deste tipo de receitas, estando incluídas as provenientes de habitação, edifícios e outras. Ao nível das Receitas de Capital que, representam 21,62% do Orçamento: a rubrica Transferências de Capital contribui com 99,66% para o orçamento das receitas de capital e regista um acréscimo de 1,45% face ao valor inicial estimado para o ano de 2025. Este agregado de receitas, na sua quase totalidade, tem origem nas transferências previstas no Orçamento de Estado em vigor (Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital e Fundos Municipais), Cooperação Técnica e Financeira e Fundos Comunitários, que somam 3.127.712,00€. Orçamento da Despesa: O orçamento inicial de despesa para o ano de 2026 ascende a 14.519.608,00€. As despesas correntes atingem o valor de 10.906.937,00€, ou seja, um incremento de, aproximadamente, 13,66% em relação ao orçamento inicial de 2025. As despesas de capital atingem o valor de 3.612.671,00€, registando um decréscimo de 6,67% relativamente ao ano de 2025. Ao analisar cada um dos agrupamentos que constituem o orçamento da despesa e efetuando a comparação com os documentos previsionais do ano precedente, ressaltam as seguintes apreciações: As Despesas Correntes representam 75,12% do total do Orçamento. ♦ As Despesas com o Pessoal registam um acréscimo de 14,08% face ao valor inicial estimado para o ano de 2025; ♦ A rubrica Aquisição de Bens e Serviços regista um incremento de 5,46% face ao valor previsto no orçamento inicial anterior. ♦





A rubrica Juros e Outros Encargos regista um decréscimo de 6,48% face ao valor previsto no orçamento inicial para o ano de 2025. ♦ A rubrica das Transferências Correntes regista um acréscimo de 35,24% face ao valor previsto no orçamento municipal do ano transato. Ao nível das Despesas de Capital, estas representam 24,88% do orçamento total: ♦ A rubrica referente à Aquisição de Bens de Capital regista um decréscimo de 5,29% face ao valor estimado no orçamento inicial do ano de 2025. ♦ As Transferências de Capital apresentam o mesmo valor que estava previsto no orçamento anterior. ♦ Na rubrica de Ativos Financeiros mantem para o ano de 2026 o valor previsto no orçamento de 2025. No ano de 2026 não está previsto qualquer pagamento ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, uma vez que o município de Vimioso já efetuou a capitalização antecipada. ♦ A rubrica de Passivos Financeiros engloba o montante previsto de amortização dos empréstimos bancários de médio e longo prazo. No orçamento inicial para o ano de 2026 esta rubrica apresenta um decréscimo de 26,42%, face ao valor constante no orçamento inicial aprovado para o ano de 2025. Responsabilidades Contingentes: Entende-se por Responsabilidade Contingente, possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência, é confirmada apenas, pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob controlo da entidade ou obrigações presentes, que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque: - Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou - O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade. Face ao exposto, os processos judiciais cuja resolução pelos tribunais está em curso constam das páginas 19 e 20 do Relatório do Orçamento. Dívida do Município: O serviço da dívida (encargos com juros e amortizações de empréstimos) tem uma expressão de 1,81% no orçamento de despesa. No orçamento inicial para o ano de 2026 as amortizações de empréstimos apresentam uma dotação de 195.000,00€ e os encargos com juros o montante de 67.800,00€. Durante o ano de 2026 são expetáveis ajustamentos a esta previsão, face à variação das taxas de juro Euribor. Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Quadro de Médio Prazo para as Finanças da Autarquia Local: Os orçamentos das autarquias são anuais e segundo o n.º 2 e n.º 3 do artigo 9.º-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual, a

sua elaboração é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO), que faz parte do documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local (QMPFAL). Atendendo ao disposto no artigo 44.º da norma atrás descrita, o órgão executivo municipal apresenta ao órgão deliberativo municipal uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental, em simultâneo com a proposta de orçamento municipal apresentada após a tomada de posse do órgão executivo, em articulação com as Grandes Opções do Plano. Nos termos do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o QPPO delimita, numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes: a) Os limites para a despesa do município; e b) Projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo município. Os limites são vinculativos para o ano do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes e deve ser atualizado anualmente, para os quatro anos seguintes. Determina o artigo 47.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que: “os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo” [onde se inclui o QPPO - quadro plurianual de programação orçamental e o QMPFAL - quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local] “são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”, ou seja, até 3 de janeiro de 2014, o que não aconteceu. Face à falta de regulamentação dos elementos constantes dos aludidos quadros do QPPO e QMPFAL e desconhecimento das projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento de Estado, foi entendimento do Município, não preparar os quadros referidos para o exercício de 2014 e seguintes, na sequência das recomendações da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, que se anexam ao presente relatório (ofício n.º OFI-00335/2025-JS de 24-09-2025 e circulares n.º108/2014/AG de 01-10-2014 e n.º 82/2016/AG de 14-10-2016). II – Grandes Opções do Plano: No que respeita às Grandes Opções do Plano, com o montante total para o ano de 2026 de 7.503.746,00€, importa referir que este documento inclui dois mapas distintos, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Atividades Municipais (PAM) O PPI e o PAM que agora se apresentam resultam das reais disponibilidades do município donde a principal preocupação é assegurar os serviços elementares à população. Certamente que no decorrer do ano 2026 serão introduzidas alterações significativas quer a nível do reforço das despesas cor-





rentes e de capital, resultado das novas disponibilidades financeiras, quer o Orçamento de Estado, saldo de gerência e fundos comunitários. Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é um documento previsional que contém os principais investimentos a realizar pela autarquia. Na sua elaboração incluíram-se os projetos (ações) assumidos em anos anteriores e não finalizados até ao termo do ano de 2025. Para o ano de 2026, o PPI apresenta o montante total de 4.052.640,00€, sendo de destacar as Funções Sociais que representam 79,45% do PPI. Nas Funções Sociais o objetivo “Habitação e Serviços Coletivos” com o montante de 1.422.990,00€, representa 35,11% do PPI, onde se destacam os seguintes investimentos: -----
Beneficiação de arruamentos em Vimioso; -----
Beneficiação de arruamentos no concelho – Pavimentos e infraestruturas; -----
Beneficiação de arruamentos no concelho – Pavimentos em betuminoso; -----
Construção/Reforço estrutural passagem hidráulica na Estrada Três Marras (R.ªS.ta Marinha). -----
Ainda dentro das Funções Sociais, no objetivo “Segurança e Ação Sociais” cuja despesa representa 24,15% do PPI, destaca-se a empreitada “Conjunto de seis Residências de Autonomização e Inclusão (RAI) no espaço envolvente e adjacente da antiga escola primária de Carção” cujo investimento previsto, para o ano de 2026, ascende a 978.644,00€. O objetivo “Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos” engloba essencialmente a empreitada de “Remodelação, com base na eficiência energética, do atual edifício da Casa da Cultura de Vimioso”, e representa 19,47% do PPI. Plano de Atividades Municipais: O PAM – Plano de Atividades Municipais inclui projetos e ações que pela sua natureza não são considerados investimentos diretos, mas relevantes para a autarquia, incluindo também transferências para outras entidades. O PAM engloba despesas correntes e de capital e ascende a um total de 3.451.106,00€. Nas Funções Gerais no objetivo “Serviços Gerais de Administração Pública” estão previstas as transferências para as Freguesias e para a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) e no objetivo “Proteção Civil e Luta Contra Incêndios” encontra-se registada a verba a transferir para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vimioso. Nas Funções Sociais, que representam 60,78% do PAM, para cada um dos seguintes objetivos destacam-se os seguintes projetos: O objetivo “Educação” engloba despesas associadas

ao “Contrato de Delegação de Competências no Domínio da Educação entre o Município de Vimioso e o Agrupamento de Escolas de Vimioso”. O objetivo “Saúde” engloba despesas associadas às Termas da Terronha. O apoio a estudantes dos ensinos secundário e superior está previsto no objetivo “Segurança e Ação Sociais”. No objetivo “Habitação e Serviços Coletivos” que representa 39,42% do PAM, com um montante previsto para o ano de 2026, de 1.360.426,00€, estão incluídas verbas para garantir o abastecimento de água, saneamento, tratamento de resíduos sólidos e serviços de manutenção e conservação de espaços verdes. As despesas associadas ao fornecimento de energia elétrica e gás natural constam das Funções Económicas, no objetivo “Indústria e Energia” que, para o ano de 2026, ascendem a 670.000,00€ e representam 19,41% do PAM. Dentro das Outras Funções, no objetivo “Diversas Não Especificadas”, destaca-se o “Acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros”, cujo montante previsto para o ano de 2026 é de 293.033,00€.” -----

----- Interveio a senhora Sandra Manuela Carvalho Vila dizendo:” O documento relativo aos Documentos Previsionais da Câmara Municipal para o ano de 2026, submetido a apreciação e votação, apresenta uma omissão material relevante, uma vez que não consta a página 4, situada entre a folha 127 e a folha 128, correspondente ao Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal para 2026. Trata-se de uma peça essencial do processo, cuja ausência impede a análise completa, rigorosa e informada do documento, designadamente no que respeita à definição das prioridades políticas, à programação das atividades municipais e à correspondente afetação de recursos financeiros para o próximo ano. Esta lacuna compromete a transparência do procedimento e não nos permite, a nós, eleitos, exercer plenamente o nosso dever de apreciação, fiscalização e responsabilidade política. Nestes termos, entendo que deveria ser concedido um prazo ao executivo para a apresentação da folha em falta, de modo a que o documento possa ser devidamente completado e novamente apreciado pelo órgão, em condições de legalidade, clareza e responsabilidade institucional. Proponho assim que a sessão seja interrompida até que a folha nos seja distribuída”. -----



----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo, Francisco Lopes, dizendo que como só agora teve conhecimento dos documentos, viu uma questão relacionada com obras na antiga Escola Primária de Argozelo, frisando que a Escola pertence às crianças e não à caça associativa. Referiu que quando quiseram fazer uma festa para as crianças que tiveram que as levar para uma escola abandonada, sem as mínimas condições, pelo facto de a outra estar ocupada com a caça. Pediu, ao senhor Presidente da Câmara, que o informasse quais os meandros que aquela escola está a ter. Pediu que fosse informado se o Pavilhão da Vila de Argozelo iria ser executado ou não, se consta no plano para o ano de 2026. Pediu também explicações acerca da avenida que foi interrompida, se também consta no plano de atividades para o ano de 2026. -----

----- O senhor Presidente da Câmara disse, em relação à intervenção da senhora Sandra Vila, que lamentava que os argumentos fossem sempre os mesmos, transparência à esquerda, transparência à direita, e que, em relação a transparência, não pede, nem admite conselhos de ninguém. Referiu que, em relação à legalidade do documento, que a página em falta está na página seguinte mais detalhada, que, sendo assim, o documento terá que ser aprovado na presente sessão. Em relação ao senhor Francisco Lopes, disse que assume sempre os compromissos, que no dia em que achar que não consegue cumprir, vai embora. Solicitou a presença da senhora Chefe da Divisão Financeira, Solange Delgado, a qual prestou o esclarecimento devido em relação à página em falta. Dizendo que todos os mapas previsionais têm dois mapas, um com as rubricas da económica, outro apenas a rubrica da despesa. A página 4, que está em causa, tem a classificação da despesa dentro do PPI. Tem a classificação económica da despesa no ano 2026, e termina na página 9, o qual é impresso só com a rubrica da despesa, na página seguinte. Referiu que o documento foi aprovado em reunião de Câmara e a página que falta é exatamente igual à página do mapa falado anteriormente, concluiu. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia interrompeu a sessão durante 5 minutos para que a página em falta fosse distribuída aos membros que não a tinham. -----

----- Não tendo havido mais pedidos de intervenção nem pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual

foi aprovado por maioria. Com a seguinte votação: 7 votos contra dos(as) senhores(as) Maria Cristina Pires Calvelhe de Quina, Carlos Manuel Meirinho Martins, Sandra Manuela Carvalho Vila, António Eduardo Lopes Padrão, Marina Nora Vaz, Hugo Miguel Antão Fernandes e António Morais Afonso Fernandes. E duas abstenções do senhor presidente da Junta de Freguesia de Argozelo Francisco Lopes e do senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso Filipe Canedo. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Usou da palavra a senhora Marina Nora Vaz, fazendo a seguinte declaração de voto contra o ponto 2.2: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mas Senhoras e Ex.mos Senhores elementos da Assembleia Municipal, após análise detalhada dos Documentos Previsionais e da Proposta de Orçamento Municipal para o ano de 2026 (à exceção do PPI), o Grupo Municipal do Partido Socialista declara o seu voto contra por considerar que o documento apresentado revela opções políticas que comprometem a sustentabilidade financeira, o desenvolvimento estrutural e o futuro do concelho de Vimioso. Desde logo, o orçamento evidencia uma clara inversão de prioridades, ao promover um crescimento muito significativo da despesa corrente, em detrimento do investimento em despesa de capital. Esta opção traduz-se num reforço dos custos fixos e operacionais do município, ao mesmo tempo que se reduz a capacidade de concretizar investimentos estruturantes essenciais para o desenvolvimento do território. Esta orientação compromete a modernização das infraestruturas municipais e adia respostas urgentes a problemas já identificados pelos serviços técnicos da autarquia, como é o caso das estações de tratamento de águas residuais que se encontram reconhecidamente em fim de vida. O aumento da despesa corrente não é acompanhado por uma fundamentação suficientemente clara e detalhada, destacando-se, em particular, o crescimento expressivo da despesa com pessoal e de outras rubricas correntes cuja evolução carece de explicação rigorosa. Estes aumentos representam encargos permanentes e incompreensíveis que irão absorver uma parte crescente dos recursos municipais nos próximos anos, reduzindo a margem de manobra financeira e limitando a capacidade de resposta do município a novas necessidades, imprevistos ou oportunidades de investimento. Paralelamente, a análise da receita evidencia uma estrutura financeiramente frágil, excessiva-

mente dependente de transferências externas, nomeadamente das transferências correntes do Orçamento do Estado. Esta dependência compromete a autonomia financeira do município e expõe o concelho a riscos significativos caso ocorram alterações nas políticas nacionais de financiamento ou nos critérios de repartição de verbas. Acresce, ainda, a diminuição das receitas próprias, o que revela fragilidades na capacidade de gerar receita autónoma e na eficácia da gestão e da cobrança municipal. O orçamento não apresenta, igualmente, uma estratégia clara de desenvolvimento sustentável para o concelho. Não se identificam medidas concretas e estruturadas para enfrentar problemas persistentes e agravados, como a desertificação, a perda demográfica, o envelhecimento da população, a falta de oportunidades económicas e o isolamento territorial. Num contexto particularmente exigente, seria expectável uma aposta clara em investimento nas áreas da educação, da cultura, da criação de emprego, da coesão social e da valorização do território, o que não se verifica na proposta apresentada. Embora o orçamento cumpra, formalmente, os princípios do equilíbrio financeiro, a sua composição revela uma opção política que privilegia a manutenção da estrutura e o aumento dos custos operacionais, em detrimento do investimento público estruturante. Trata-se de uma visão de curto prazo que não assegura a preparação do futuro do concelho nem responde de forma adequada às necessidades da população. Por estas razões, por não constituir um plano estratégico de desenvolvimento sustentável, por fragilizar a autonomia financeira do município e por comprometer a capacidade de investimento e modernização, o Grupo Municipal do Partido Socialista declara o seu voto contra à Proposta de Orçamento Municipal para 2026, em defesa do interesse público, da transparência, da responsabilidade política e dos interesses de médio e longo prazo da população de Vimioso". -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara, reforçando a proposta para que a senhora Marina Vaz apresentasse medidas concretas para que, de todas as medidas apresentadas, fosse aproveitada alguma para bem do concelho. ---

----- **Ponto Dois Ponto Três: Apreciação e votação da fixação anual do valor de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, informando que a proposta é de manter os valores percentuais para o ano 2026. Sendo de 0,3% do



valor patrimonial para os prédios urbanos e de 0,8% do valor patrimonial para os prédios rústicos. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Argozelo, Francisco Lopes, questionando, o senhor Presidente da Câmara, se estas percentagens eram as mínimas que se podiam aplicar, ao qual respondeu o senhor Presidente que sim. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. –

----- **Ponto Dois Ponto Quatro: Lançamento de Derrama – Período de Tributação de 2025 – para conhecimento;** -----

----- Pelo senhor Presidente da Câmara foi dito que a proposta seria a mesma de não lançar qualquer derrama no concelho de Vimioso. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco: Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Ano 2026;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, dizendo que esta é a única situação em que o Município de Vimioso aplica a taxa máxima, de 0,25%. Explicou que esta taxa respeita ao valor de faturação que as empresas de telecomunicações atingem durante o ano, no concelho. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -

----- **Ponto Dois Ponto Seis: Apreciação e votação da “Participação Variável no IRS – Artigo 26.º da Lei n.º 73/2023, de 03 de setembro, na sua redação atual – Ano de rendimentos 2026”;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, dizendo que, de há 20 anos a esta parte, a taxa se mantém nos 5%, cerca de 136 mil euros que eram direcionados para apoios sociais, mas que, com a transferência de competências da Segurança Social, esses apoios são concedidos por esta, deixando de ser tão relevante direcionar esta verba apenas para os apoios sociais, abrangendo outras áreas. Propôs, assim, afetar a taxa máxima do IRS, ao investimento municipal. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo, Francisco Lopes, dizendo que acha esta medida um contrassenso: se queremos fixar pessoas no concelho, não é aplicando a taxa máxima que se vai conseguir. Diz ser injusta esta medida porque penaliza as pessoas que aqui moram e trabalham, propondo uma redução desta taxa para 2% ou 2,5%, à imagem de outros concelhos. -----

----- Usou a palavra o senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Licínio Martins, para dizer que sempre esteve ao lado do executivo na cobrança dos 5% do IRS, pelo facto de esta verba ser canalizada para apoios sociais. Referiu que, pela informação que obtiveram do senhor Presidente, que a verba deixará de ser canalizada para apoios sociais e que passará a ser para obras do município. Neste caso, disse que a intervenção do senhor Francisco Lopes faz todo o sentido e propôs, então, que a verba fosse distribuída pelas Juntas de Freguesia para estas poderem fazer obra mais próxima dos cidadãos, garantindo que continuaria a ser aplicada como obra social. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Santulhão, Adrião Rodrigues, dizendo que esta medida dos 5% de IRS não é retirado a todos os cidadãos, que na sua opinião, quem recebe muito, tem que descontar muito. Disse concordar com a medida pelo facto de mais de 80% das pessoas do concelho não pagar IRS, pelos baixos rendimentos. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara, ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo Francisco Lopes, dizendo-lhe que não há, no Distrito, um Município que ajude tanto os seus munícipes, mencionando alguns exemplos como o pagamento das propinas, as deslocações de estudantes, as deslocações dos doentes, alimentação, medicamentos às classes mais desfavorecidas, próteses oculares e dentárias, terrenos a um cêntimo o metro quadrado, IRC e derrama não existe. Questionou o que se pedia mais? Se queriam que se isentasse toda a gente de tudo? Concluiu que, com os fracos recursos financeiros que tem o Município, é impossível ir mais longe. Em relação ao senhor Licínio Martins, disse que o apoio às Juntas de Freguesia não acabou em 2025, que vai continuar a apoiar, com mais justiça e com mais recursos económicos. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Licínio Martins, dizendo que, relativamente às questões sociais, ninguém pôs em causa, reconhecendo-lhe o mérito nessa matéria. Disse que como o senhor Presidente tinha informado que essa verba já não iria ser canalizada na totalidade para os apoios sociais, apenas sugeriu que essa verba fosse distribuída pelas Juntas de Freguesia. Concluiu, dizendo que o senhor Presidente vai manter o apoio às Juntas de Freguesia, propôs que seja reforçada, já que há verba disponível. -----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o apoio financeiro às Juntas de Freguesia foi com o objetivo de estas melhorarem, sobretudo, os caminhos. Trabalho que foi efetuado pela maior parte das Juntas e que o financiamento vai ser mantido, mas, com reforço, nada garantiu. -----

----- Não tendo havido mais pedidos de intervenção nem pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por maioria. Com a seguinte votação: 6 votos contra dos(as) senhores(as) Maria Cristina Pires Calvelhe de Quina, Carlos Manuel Meirinho Martins, Sandra Manuela Carvalho Vila, António Eduardo Lopes Padrão, Mariana Nora Vaz e Hugo Miguel Antão Fernandes. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Sete: Apreciação e votação dos “Compromissos Plurianuais – Delegação de competência nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da LPCA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual”;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, explicando que decorre da Lei, que é o Presidente da Câmara que tem que autorizar a despesa até ao montante de 500 mil euros, os compromissos assumidos para além do ano em que é assumida a despesa. -----

----- Não tendo havido intervenções nem pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. --

----- **Ponto Dois Ponto Oito: Apreciação e votação da alteração do Mapa de Pessoal por tempo indeterminado para o ano de 2025;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para informar que se trata de criar, no mapa do quadro de pessoal, um lugar de técnico superior, de

técnico consultor de tecnologias de informação principal. Referiu que os serviços recomendam a criação desse lugar e que lhe parece oportuno ter este lugar criado para futuramente ser ocupado no serviço de informática. -----

----- Não tendo havido intervenções nem pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por maioria, com uma abstenção do senhor António Eduardo Lopes Padrão. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Nove: Apreciação e votação da nova estrutura orgânica dos serviços – 2026 – Mapa de Pessoal – 2026;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para dar conhecimento da criação de novos gabinetes. Disse que para adaptar a nova estrutura orgânica às novas realidades foram criados os gabinetes: Gabinete jurídico contencioso, Gabinete de apoio às IPSS e Juntas de Freguesia, Gabinete de imagem e comunicação e Gabinete de fundos comunitários e contratação pública. -----

----- Não tendo havido intervenções nem pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. --

----- **Ponto Dois Ponto Dez: Apreciação e votação da proposta de fixação de Seguro de Acidentes Pessoais para os Membros dos Órgãos Autárquicos – atual mandato;** -----

----- Usou a palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo que, à imagem dos outros mandatos, os valores propostos, são os valores mínimos. Informou que foi deliberado, por unanimidade em reunião de Câmara, os valores que apresentou. Presidente da Câmara um valor de 167.450,00 euros, Vereadores um valor de 133.960,00 euros, Presidente da Assembleia um valor de 5.023,50 euros, secretários da Assembleia um valor de 4.186,50 euros e os membros da Assembleia um valor de 3.349,00 euros, solicitando que a Assembleia votasse neste sentido. -----

----- Não tendo havido intervenções nem pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. --

----- **Ponto Dois Ponto Onze: Apreciação e votação da designação do júri para o recrutamento de cargos de direção intermédia de 2.º grau;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, explicando que se trata da abertura de procedimentos para recrutamento de chefes de divisão, pelo facto de haver divisões desprovidas de chefes, como a Divisão de Planeamento e Urbanismo, Divisão Administrativa e Divisão do Ambiente e Proteção Animal. Referiu que é urgente, pelo facto de ser obrigatório, por Lei, ter chefes de Divisão. Propôs o seguinte júri: presidente, o senhor Carlos Alberto Raposo Fernandes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira de Miranda do Douro, vogais, o senhor João Paulo Oliveira Rodrigues Chefe de Divisão Municipal na Câmara de Bragança e a senhora Alexandra Carlota Ámen Morais Machado Chefe de Divisão Municipal da Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Não tendo havido intervenções nem pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. --

----- **Ponto Dois Ponto Doze: Apreciação e votação de designação de Fiscal Único da Resíduos do Nordeste, EIM, SA;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, referindo que a empresa Resíduos do Nordeste pretende manter em funções a atual empresa de Fiscal Único, Fernando Peixinho & José Lima, sediada em Bragança. Disse, ainda, que apoia entusiasticamente, pelo facto do senhor Fernando Peixinho ser o único ROC da região, daí a proposta de manter o mesmo Fiscal Único. -----

----- Não tendo havido intervenções nem pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. --

----- **Ponto Dois Ponto Treze: Apreciação e votação da 2.ª alteração da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso (PDM), para aprovação da CM e AM;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, dizendo que se trata da 2ª alteração da 1ª revisão ao Plano Diretor Municipal de Vimioso, que tem vindo a ser adiada pelo facto de, inicialmente, ter havido pareceres contraditórios e negativos das várias entidades, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Regional do Território e da CCDR. Referiu que as lacunas que estas entidades apontaram foram supridas, pelo que o Plano está em condições de ser aprovado. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo, solicitando que lhe fosse facultado o PDM para ver onde se pode construir ou não na sua freguesia. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara, dizendo que esta alteração ao PDM esteve um mês em discussão pública e não teve qualquer contributo, pelo que nada será suscetível para que não seja aprovado. -----

----- Não tendo havido intervenções nem pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. --

----- O senhor Presidente da Assembleia propôs que os pontos 2.14 e 2.15 fossem analisados em conjunto e votados separadamente. Foi aprovado por unanimidade aceitar a proposta. -----

----- Ponto Dois Ponto Catorze: Apreciação e votação da Carta Social Municipal; -----

----- Ponto Dois Ponto Quinze: Apreciação e votação da Carta Educativa Municipal; -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, explicando que a Carta Social Municipal é um instrumento de diagnóstico e planeamento estratégico dos respetivos serviços e equipamentos sociais a nível municipal. Disse que é um documento fundamental de apoio na estratégia de implementar novos serviços, nomeadamente a criação de novos lares, para que haja resposta às problemáticas identificadas. Em relação à Carta Educativa Municipal, disse que é também, um documento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos, a localizar no concelho. -----

----- Não tendo havido intervenções nem pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto 2.14 à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. Colocou o ponto 2.15 à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezasseis: Apreciação e votação do Protocolo de Colaboração “Centro Interpretativo do Azeite e da Oliveira Santulhana”; --

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, dizendo que era uma aspiração da Junta de Freguesia de Santulhão e das pessoas que lá vivem, a criação do Museu do Azeite e da Oliveira Santulhana. Informou que já foi ad-

quirido o edifício e que falta assinar o protocolo para acionar todos os mecanismos necessários para que se possam concluir os projetos. -----

----- Interveio o senhor António Padrão, dizendo que tem conhecimento que já existe uma candidatura, questionando até que ponto a Câmara está disponível para participar esse financiamento. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Santulhão, Adrião Rodrigues, para dizer que é um investimento muito grande, por isso que terão que recorrer a fundos comunitários, sempre com a ajuda da Câmara na elaboração dos projetos e das candidaturas. Informou que o projeto está finalizado, que só faltam as especialidades. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara, dizendo que os principais parceiros estratégicos são as Juntas de Freguesia. Reforçou que, juntos, serão mais fortes e, daí, este tipo de protocolos de colaboração, salientando que nem a Câmara, nem as Juntas têm capacidade financeira para fazer a obra, pelo que é necessário recorrer a fundos. Informou que ainda não sabem números, mas que o orçamento rondará os 650 mil euros. -----

----- Não tendo havido intervenções nem pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. --

----- **Ponto Dois Ponto Dezassete: Apreciação e votação da Minuta de Protocolo de Colaboração “Feira dos Sabores de Inverno de Matela”;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, dizendo que não vai descansar enquanto todas as freguesias, que já foram sede de freguesia, não fizerem uma feira. Referindo que vai apoiar estes eventos, no sentido se haver sempre algum retorno financeiro para o concelho. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo, dizendo que a sua intervenção é em relação à participação monetária que a Câmara dá para estes eventos. Referiu que estas feiras têm um custo muito elevado cerca de 35/40 mil euros e que a Câmara apenas participa com 10 mil euros, deixando as localidades completamente asfixiadas. Sugeriu o reforço da verba destinada a esses eventos. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara, dizendo que é um protocolo entre o Município e a Freguesia e que não pode haver mais reforços financeiros. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, Daniel Ramos Tomé, referindo que, sendo muitas vezes reivindicativo sobre o valor que está a ser financiado pela Câmara, concorda com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo, pelo facto de serem juntas com fraca capacidade financeira e que se torna muito difícil manter o bom nível das feiras. -----

----- Interveio o senhor Presidente da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Licínio Martins, dizendo que a questão das feiras é sempre uma questão interessante de se colocar, pelo facto de se debater o futuro do concelho. Referiu que quando elabora o relatório da feira, costuma colocar, não só o retorno económico, mas também o retorno social e cultural. Falou em específico na feira que organizam em Caçarelhos, sendo no fim-de-semana antes da Páscoa, sabe que mais pessoas vão à aldeia, pessoas oriundas de Caçarelhos, que, por razões diversas, tiveram que sair. Referiu, também, que outro aspeto interessante é o facto de serem apresentados os números, como exemplo, o número de expositores do concelho que tinham estado na anterior Feira do Pão. Finalizou, dizendo que compreende a preocupação dos Presidentes de Junta, mas que também compreende a posição da Câmara Municipal, salientando que as freguesias têm que estabelecer critérios e prioridades consoante o dinheiro que têm, e que nem todas as feiras podem ter a mesma dimensão. --

----- Interveio o senhor Jorge Santos, questionando se era imposto às freguesias fazerem as feiras. Disse que entende o presidente da Junta de Carção, pelo facto, da feira "O Cachico" ter ganho uma dimensão que, agora, precisaria, de facto reforço financeiro, para manter a boa qualidade da feira. Deixou algumas sugestões, como a empresa da carne mirandesa que pode patrocinar e outras empresas do concelho. Frisou que era preciso ir bater às portas, que não podia ser só a Câmara. Disse que, quando se fala em empresas, não é só criá-las, terão que se envolver neste tipo de iniciativa. Disse, ainda, que estas feiras já têm impacto social, pelo facto dos idosos das aldeias saírem de casa para conviver, e não só, vêm pessoas de outros concelhos. Sugeriu que pensassem, para futuramente, juntar esses eventos todos num só sítio. Finalizou, dizendo que qualquer investimento que seja feito no concelho será sempre bom, mas que tem que se medir até que ponto se podem manter alguns desses eventos, que uns irão vingar e outros não. Disse, ainda, que um evento

destes dá muito trabalho e que a Câmara Municipal, além de ajudar financeiramente, deveria ajudar a nível logístico. -----

----- Interveio, novamente, o senhor Presidente da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Licínio Martins, dizendo, ao senhor Jorge Santos, que quem ouvir a sua intervenção fica com a sensação que não foi eleito neste concelho. Relembrou as palavras do senhor Presidente da Câmara pedindo união, que não se pode criar os deste lado e os daquele lado, pois gera mais divisão e menos ação. Disse que, obviamente, que ninguém é obrigado a promover feiras e que cada um mede a dimensão dos eventos que realiza. Disse, ainda, que os Presidentes de Junta medem prioridades e que estão na Assembleia por inerência do cargo para poder reivindicar o melhor para as suas localidades, sem perder a consciência da realidade do concelho. Referiu que foram as feiras das aldeias que incentivaram a criação de pequenas empresas para participarem nestas feiras. Disse, ainda, que o mais importante destas feiras nem é só o que se vende lá, mas sim os contactos que se fazem. Há expositores que já vendem *online* e que têm os seus produtos em alguns locais de venda. Finalizou, dizendo que quando os Presidentes de Junta e os seus executivos aprovam estes eventos já estão a ser solidários com o concelho, que não é só um investimento da Câmara Municipal, mas sim um investimento das Juntas de Freguesia no concelho. -----

----- Interveio o senhor Jorge Santos, dizendo, para esclarecer, que quando se refere ao “vós” será: vós Presidentes de Junta, vós Executivo, vós Membros da Assembleia. Disse, ainda, que foi eleito por este concelho pelas listas do PSD, sem dúvida. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara, dizendo que tem ideias muito próprias, que esteve na origem da Feira de Artes e Ofícios, na origem da Feira do Pão, com parcerias. Referiu que é o concelho do distrito que mais feiras tem e que são as Juntas de Freguesias que as reivindicam. -----

----- Não tendo havido intervenções nem pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. –

----- **Ponto Dois Ponto Dezoito: Designação de quatro membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Vimioso;** -----

----- Após a pausa para almoço, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos pelas 15h00, tendo procedido a nova chamada e verificação das presenças. O Senhor Presidente referiu que a segunda parte da sessão seria mais demorada, em virtude da realização de vários atos eleitorais destinados à designação de membros da Assembleia Municipal para diferentes órgãos, esclarecendo que as votações seriam efetuadas por escrutínio secreto, com chamada nominal dos membros à urna. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia solicitou às bancadas a apresentação das respetivas propostas. -----

A bancada do PSD apresentou os seguintes nomes: Joana Filipe Carvalho Pires; Carina Machado Lopes; Cristina Brás Pires e Marta Alexandra Padrão Lopes. -----

A bancada do PS apresentou os seguintes nomes: Débora Fernandes Alves; Carlos Manuel Meirinho Martins; Sandra Manuela Carvalho Vila e Marina Nora Vaz. -----

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo a lista apresentada pelo PSD obtido quinze votos e a lista apresentada pelo PS nove votos. -----

Face ao resultado, o Senhor Presidente declarou eleitos os membros constantes da lista apresentada pelo PSD para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Vimioso. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezanove: Eleição de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal da Educação; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia solicitou a cada bancada a indicação de um nome para o respetivo ato eleitoral. A bancada do PSD indicou o membro Licínio Ramos Martins. A bancada do PS indicou o membro Francisco António Ataíde Lopes. Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo o candidato indicado pelo PSD obtido dezasseis votos e o candidato indicado pelo PS oito votos. Face ao resultado, o Senhor Presidente declarou eleito Licínio Ramos Martins para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte: Eleição de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal da Juventude; -----

----- O presidente da assembleia pediu a cada bancada que designasse um nome. A bancada do PS não indicou nenhum membro. A bancada do PSD indicou o membro Daniel Tomé Ramos. Sendo este o representante para integrar o Conselho Municipal da Juventude. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Um: Eleição de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia solicitou, a cada bancada, a indicação de um nome para o respetivo ato eleitoral. A bancada do PSD indicou o membro Lucas do Nascimento Fernandes Brinço. A bancada do PS indicou o membro Filipe Canedo. Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo a candidatura apresentada pelo PSD obtido dezasseis votos, a candidatura apresentada pelo PS oito votos, e registado um voto em branco. Face ao resultado, o Senhor Presidente declarou eleito Lucas do Nascimento Fernandes Brinço para integrar o Conselho Cinegético Municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Dois: Eleição de dois membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes – CIM-TTM; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia fez uma ressalva relativamente ao presente ato eleitoral, esclarecendo que, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 75/2013, apenas podem votar os membros eleitos diretamente para a Assembleia Municipal, não sendo permitido o exercício de voto aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Mais informou que cada força política deveria indicar dois membros efetivos e um suplente, sendo a designação efetuada de forma proporcional ao número de votos obtidos, de acordo com o método de Hondt. A bancada do PSD indicou como membros efetivos Serafim dos Santos João e Sérgio Augusto Pires e como suplente Jorge Alberto Tomé dos Santos. A bancada do PS indicou como membros efetivos Débora Fernandes Alves e Carlos Manuel Meirinho Martins e como suplente Maria Cristina Pires Calvelhe Quina. Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo a lista apresentada pelo PS obtido seis votos, a lista apresentada pelo PSD sete votos, e registado um voto em branco. Face ao resultado, e aplicando o método de Hondt, o Senhor Presidente informou que seriam considerados eleitos o primeiro membro efetivo de cada lista, assumindo os segundos membros a qualidade de suplen-

tes. Assim, foram designados como membros efetivos Serafim dos Santos João e Débora Fernandes Alves e como suplentes Sérgio Augusto Pires e Carlos Manuel Meirinho Martins para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Três: Eleição de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos da alínea i) do artigo 41.º da Lei de Bases da Proteção Civil; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia solicitou a cada bancada a indicação de um nome para o respetivo ato eleitoral. A bancada do PSD indicou o membro Hélder Domingos Ramos Pais. A bancada do PS indicou o membro Francisco António Ataíde Lopes. Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo o candidato indicado pelo PSD obtido quinze votos e o candidato indicado pelo PS nove votos, não se registando votos em branco. Face ao resultado, o Senhor Presidente declarou designado Hélder Domingos Ramos Pais para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Quatro: Eleição de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Geral da Resíduos do Nordeste, EIM; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia solicitou, a cada bancada, a indicação de um nome para o respetivo ato eleitoral. A bancada do PSD indicou o membro Manuel Emílio Fonseca João. A bancada do PS indicou o membro Francisco António Ataíde Lopes. Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo o candidato indicado pelo PSD obtido quinze votos e o candidato indicado pelo PS nove votos, não se registando votos em branco. Face ao resultado, o Senhor Presidente declarou eleito Manuel Emílio Fonseca João para integrar o Conselho Geral da Resíduos do Nordeste. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Cinco: Eleição até dois representantes das Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-lei 82/2021; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria proceder à eleição de até dois representantes das Freguesias para integrar a referida Comissão, solicitando às bancadas a apresentação das respetivas propostas. A ban-

cada do PSD apresentou os seguintes nomes: Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues; Daniel Tomé Ramos. -----

A bancada do PS apresentou os seguintes nomes: António Morais Afonso Fernandes; Francisco António Ataíde Lopes. -----

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo a lista apresentada pelo PSD obtido quinze votos e a lista apresentada pelo PS nove votos. Face ao resultado, o Senhor Presidente declarou eleitos Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues e Daniel Tomé Ramos para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

----- **Ponto Dois Ponto Vinte e Seis: Outros assuntos de interesse para o Município;** -----

----- Concluídas as votações, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum membro pretendia intervir. O Senhor Deputado António Padrão solicitou a palavra e referiu que, embora a Comissão Nacional de Eleições não estabeleça prazo específico para a remoção da propaganda eleitoral, continuam a existir cartazes afixados em diversos locais. Considerou que deveria ser promovida a respetiva retirada, entendendo que tal competência se encontra delegada no Município, apelando à intervenção do Senhor Presidente da Câmara.

De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo, Francisco António Ataíde Lopes, que manifestou preocupação relativamente ao encerramento do Posto de Saúde de Argozelo desde o período da pandemia, referindo os constrangimentos causados à população, sobretudo à mais carenciada, solicitando que fosse analisada a possibilidade de reabertura ou esclarecida a situação definitiva. O Senhor Presidente da Câmara referiu, quanto à propaganda eleitoral, que não existe justificação para a manutenção dos cartazes, reconhecendo tratar-se de uma situação que já ultrapassou os limites aceitáveis. Admitiu a falha e informou que tem insistido na necessidade de proceder à sua retirada, reconhecendo que o Partido Socialista teve um comportamento exemplar nessa matéria. Relativamente às extensões de saúde, explicou que a centralização dos cuidados de saúde primários nas sedes de concelho resultou de decisões governamentais aplicadas a nível distrital. Reconheceu as dificuldades existentes na colocação de médicos nas freguesias e referiu que o Município assegura transporte municipal e intermunicipal para garantir o acesso às consultas, mediante solicitação prévia. Manifestou, ain-

da, disponibilidade para, em articulação com a Junta de Freguesia e entidades competentes, procurar soluções que permitam reforçar os cuidados de saúde em Argozelo. -----

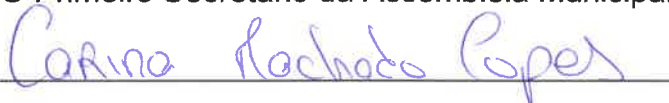
----- **Ponto Três: PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

O Senhor Presidente passou ao período após ordem do dia, destinado a intervenções do público. Não se encontrando público presente, não houve intervenções. Informou ainda que terá lugar uma reunião extraordinária no dia 12 de janeiro, com ponto único: a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da CCDR-N, sendo remetida convocatória oportunamente. Antes de encerrar a sessão, informou que a Câmara Municipal oferece uma pequena lembrança aos presentes e dirigiu votos de um bom fim de ano e de um excelente ano de 2026, desejando, acima de tudo, saúde e sucessos pessoais e profissionais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal



O Segundo Secretário da Assembleia Municipal

